

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

JANKIEL APARECIDO LIMA DOS SANTOS

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: mercado de trabalho segmentado ou integrado?

SÃO PAULO
2010

JANKIEL APARECIDO LIMA DOS SANTOS

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: mercado de trabalho segmentado ou integrado?

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de conhecimento:
Economia do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Ponczek

SÃO PAULO
2010

Santos, Jankiel Aparecido Lima dos.

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: mercado de trabalho segmentado ou integrado? / Jankiel Aparecido Lima dos Santos. - 2010.

47 f.

Orientador: Vladimir Pinheiro Ponczek

Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Mercado de trabalho -- Brasil. 2. Setor informal (Economia) -- Brasil. I. Ponczek, Vladimir Pinheiro. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

CDU 331.6(81)

JANKIEL APARECIDO LIMA DOS SANTOS

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: mercado de trabalho segmentado ou integrado?

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de conhecimento:

Economia do Trabalho

Data de aprovação

-----/-----/-----.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Vladimir Ponczek (Orientador)

FGV-EESP

Prof. Dr. André Portela Fernandes de Souza

FGV-EESP

Prof. Dr. Ricardo de Abreu Madeira

FEA-USP

Para Juliane e Isadora pelo constante incentivo, imensa compreensão e inesgotáveis paciência e carinho demonstrados para que este trabalho pudesse ser concluído, a despeito de todas as privações que esta tarefa lhes impôs.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu saúde física e mental para que pudesse aprimorar meus conhecimentos técnicos. Também aos bancos ABN AMRO Real S.A. e Espírito Santo Investimento do Brasil S.A. por terem acreditado em meu potencial de crescimento profissional e terem aceitado arcar com a maior parte dos gastos financeiros referentes ao curso. Ao meu amigo e orientador, Prof. Dr. Vladimir Ponczek pela pronta aceitação em me guiar ao longo da confecção desta dissertação. Aos professores do curso por terem, sem exceção, ajudado-me a engrandecer meus conhecimentos técnicos e a me tornar um profissional melhor qualificado.

Aos meus pais, João e Alice (*in memoriam*), por terem incutido em mim o desejo incessante de buscar novos conhecimentos. Aos meus familiares e amigos pelo constante apoio e pela compreensão com minha ausência parcial nos últimos tempos. Aos amigos de sala, que tornaram bem menos árdua a tarefa de deixar em casa minha família nas manhãs de sábado ao longo de um período de dois anos.

Por fim, agradeço a algumas pessoas em especial, pois sem elas não haveria como ter iniciado e/ou concluído este curso. Refiro-me a Maria dos Reis (minha “segunda mãe”, a minha Ia), que serviu de inspiração para esta dissertação. Aos meus chefes Mario Mesquita, Zeina Latif, Alexandre Schwartzman e Paulo Saba, que me deram condições de conciliar vida profissional e acadêmica. Aos amigos de trabalho Cristiano Souza, Tatiana Pinheiro, Silvio Micheloto, Ana Paula Rocha, Andressa Tezine, Priscila Godoy, Luiz Felipe Taunay Ferreira e Flavio Serrano pelas discussões, esclarecimentos de dúvidas, troca de idéias, ajuda na execução de tarefas profissionais, etc.

Por fim, agradeço ao Clube de Regatas Flamengo, que me propiciou alguns momentos especiais de extravasamento, com a conquista de vitórias importantes nos campeonatos de futebol dos quais participou. Uma vez Flamengo, Flamengo até morrer.

RESUMO

Existe uma variedade de ensaios tratando do tema de segmentação do mercado de trabalho, porém todos utilizando a estratégia de avaliar diversas categorias de atividade conjuntamente, algo que tem tornado aparentemente mais árdua a obtenção de um consenso acerca da existência ou ausência de segmentação no caso brasileiro. Neste estudo, avalia-se apenas uma categoria específica, que é a de empregadas domésticas, na tentativa de se reduzir esta dificuldade, ao mesmo tempo em que se estuda um grupo relevante da força brasileira de trabalho, cujas representantes somam 1/6 dos postos de trabalho femininos ou 7% do total de pessoas empregadas no país. Desta forma, caso se consiga encontrar evidências robustas de que esta parcela significativa do mercado de trabalho seja segmentada, não se poderá supor que a sua totalidade tenha a característica de um mercado integrado. E esta é conclusão a que se chega por meio da aplicação de dois métodos (mínimos quadrados ordinários e a decomposição de Blinder-Oaxaca), reforçando a impressão geral de que existe diferencial de ganho entre os setores formal e informal, ainda que se faça o controle das características produtivas de cada grupo.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, segmentação, empregadas domésticas.

ABSTRACT

There is a plethora of essays assessing the topic of labour market segmentation, but their common strategy of appraising jointly several categories of workers has seemingly made it harder for researchers to reach a consensual view about the existence (or lack) of segmentation in the Brazilian labour market. In this essay just a lone category is chosen as the focus of analysis – namely the one comprising domestic female employees - so as to try to dim that difficulty whereas dealing with a relevant group of the Brazilian labour force, whose components represent 1/6 of total female job posts or roughly 7% of total Brazilian employees. Therefore, should one succeed in finding robust evidences that important group of workers faces a segmented market and one will not be able to state the Brazilian labour market as a whole is an integrated one. That is the conclusion that arises in this survey using two different methods (ordinary least squares and Blinder-Oaxaca decomposition), thus reinforcing the common sense there is a wage differential between formal and informal workers, even when controlling for the productive features of each group.

Keywords: Labour market, segmentation, domestic employees.

Sumário

1	Introdução.....	10
2	Base de dados.....	14
3	Abordagem empírica	27
4	Resultados.....	33
5	Conclusão.....	43
6	Referências Bibliográficas	46

1 Introdução

Trabalhadores com o mesmo grau de qualificação e características produtivas semelhantes deverão sempre apresentar remuneração parecida. Este é o resultado esperado para um mercado de trabalho competitivo e sem fricção, onde a distinção salarial é fruto exclusivo de idiosincrasias pertinentes a cada indivíduo. Ou seja, tendo sido observada igualdade entre os diversos fatores que possam influenciar o rendimento associado à execução de certa tarefa entre dois trabalhadores – ou duas classes de trabalhadores – espera-se que haja certa uniformidade na remuneração de tal atividade. Caso houvesse diferenciação salarial entre indivíduos idênticos (ou grupo de trabalhadores similares), devido à ausência de barreiras à entrada e à elasticidade infinita da oferta de trabalho, o indivíduo de menor remuneração acabaria se tornando o único realizador da atividade em questão. Porém, como há suposta igualdade de capacidade em suprir a demanda pela execução da tarefa, o que ver-se-ia é a equalização de salários em patamar exatamente idêntico ao recebido pelo indivíduo de menor remuneração.

Na descrição anterior, vale lembrar que a hipótese inicialmente assumida é a de que há competição perfeita e ausência de fricção, de tal sorte que qualquer oportunidade de lucro extraordinário será rapidamente aproveitada e deixará de existir. Em outras palavras, qualquer diferença não decorrente das idiosincrasias de trabalhadores será “arbitrada”. Assim, caso um indivíduo se deparasse com a possibilidade de trabalhar sob as regras de um contrato que lhe garantisse benefícios adicionais ao salário – por exemplo, maior estabilidade no vínculo empregatício, acesso à seguridade social, maior chance de obter crédito junto a instituições financeiras, etc. – ou, alternativamente, executar a tarefa sem nenhum vínculo formal, observar-se-ia, neste último caso, uma requisição de salário superior aquele relativo à primeira opção, de tal sorte que o montante adicional à remuneração contratual equiparasse a existência dos benefícios adicionais ao salário observado no primeiro caso. Ou seja, respeitada a hipótese de que há competição perfeita e ausência de fricção no mercado de trabalho, indivíduos portadores de características semelhantes deparar-se-ão com remuneração parecida, independentemente de haverem optado por exercer suas funções sob regras de um contrato formal com seus empregadores. Isto é, não ocorre distinção de remuneração total entre trabalhadores formais e

informais. Diz-se, nestes casos, que o mercado de trabalho não apresenta segmentação entre trabalhadores, tratando-se de um mercado integrado.

Este não é, contudo, o quadro com o qual, aparentemente, depara-se no Brasil. Os trabalhadores do setor formal, além de contar com mais benefícios, usufruem de uma remuneração média superior à encontrada no setor informal. Esta aparente distinção entre os trabalhadores formais e informais sugere que as hipóteses de perfeita competição e ausência de fricção não podem ser aplicadas ao mercado de trabalho brasileiro. Vale lembrar, entretanto, que não se pode tomar apenas a diferença entre os rendimentos como prova irrefutável da existência de segmentação, já que esta pode estar somente indicando o diferencial existente entre as características produtivas dos trabalhadores formais e informais. Conseqüentemente, torna-se necessária uma avaliação mais detalhada para que se possa conferir ao mercado de trabalho brasileiro o atributo “segmentado” e este é o objetivo deste estudo.

A literatura acerca da existência ou ausência de segmentação no mercado de trabalho – não apenas brasileiro, mas também em outras economias avançadas, emergentes ou em transição (caso do Leste Europeu e das chamadas ex-repúblicas soviéticas) – tem se tornado bastante vasta nos últimos 30 anos, principalmente por conta do avanço observado nas técnicas econométricas ao longo deste período. Conseqüentemente, tem-se testemunhado o surgimento de várias teorias que buscam explicar a existência de diferenciação salarial entre indivíduos relativamente semelhantes. Para Edwards, Gordon e Reich (1973), a segmentação teria sido uma estratégia criada pelos monopolistas americanos emergentes do início do século 20 para consolidar seu poder sobre a classe trabalhadora, que iniciava à época uma série de manifestações grevistas. Com a “diferenciação” dos trabalhadores, que passaram a se enxergar como distintos uns dos outros, este controle permitiu também maior heteroginização dos produtos, criando barreiras à entrada de novos competidores e aumentando o poder dos monopolistas. Ou seja, a segmentação não apenas existiria, mas seria algo que os empregadores buscariam para manipular seus contratados. Em sentido oposto, Maloney (1998) argumentou que a existência de divisão entre setor informal e formal não é evidência suficiente para se determinar a existência de segmentação dos trabalhadores, pois a dinâmica de migração de um setor para o outro apontou ausência de barreiras no caso mexicano. Ademais, ainda segundo o autor, existiriam dois problemas na utilização da comparação condicional

a características observáveis entre os rendimentos médios destes trabalhadores para se avaliar a existência ou não de segmentação no mercado de trabalho. O primeiro deles diria respeito à questão do viés de seleção, em que características não observáveis fariam com que trabalhadores escolhessem com maior frequência um ou outro segmento de atuação. A outra dificuldade seria a de estabelecer um padrão de referência a partir do qual poder-se-ia dizer que a diferença salarial encontrada entre trabalhadores seria relevante ou não.

Problema semelhante foi encontrado por Cacciamali e Fernandes (1993) para o mercado de trabalho brasileiro, pois a questão da mensuração do rendimento suscitava dúvidas pertinentes a este respeito (deveria ser utilizado o rendimento bruto na comparação? A tributação sobre salário seria uma medida do benefício de ser formalizado?). Além do mais, os autores apontavam a existência de três possibilidades que poderiam explicar diferenciação salarial não ligadas à segmentação: política de salário mínimo, existência de mercados internos de trabalho e, por fim, salário eficiência. Para Gonzaga e Soares (1999), a questão da formalização não é a questão chave no surgimento de diferenciação salarial entre trabalhadores, mas sim a ocorrência de retorno não-linear ao fator educação, este um fator crucial para se determinar a alocação de um indivíduo na disputa por postos de trabalhos mais nobres e com melhores salários. Resultado contrário, contudo, é apresentado por Pianto e Tannuri-Pianto (2008), que mostram que mesmo nos quantis superiores de rendimento – os associados aos postos mais “nobres” para se utilizar os termos dos autores anteriores – a obtenção de um diploma acaba sendo menos recompensada no setor informal do que no formal, o que seria uma evidência de segmentação do mercado de trabalho brasileiro. Para encerrar, Curi e Menezes-Filho (2006) encontraram poucas evidências favoráveis à ocorrência de segmentação entre trabalhadores do setor formal e os empregados do setor informal com as mesmas características, enquanto Botelho e Ponczek (2008) chegaram à conclusão totalmente oposta. Em suma, embora o debate acerca do tema seja bastante profícuo, ele tem-se mostrado inconclusivo.

Como se pode notar, para cada trabalho que aponta em uma direção, segue-se outro com recomendação inversa. Contudo, de maneira geral, as pesquisas realizadas até o momento parecem sempre ter-se concentrado na análise do mercado de trabalho como um todo. Entretanto, como apontado por Lehmann e Pignatti (2007), existe a possibilidade de que apenas uma “teoria” não seja capaz de

explicar as diferenças existentes entre os rendimentos médios de trabalhadores aparentemente semelhantes, mas alocados em estruturas diferenciadas de emprego. Talvez seja necessário avaliar a questão em partes distintas e não as agrupando.

Levando-se em conta a dificuldade em solucionar a divergência anterior – e acreditando que a complexidade em se analisar as características de postos de trabalho bastante heterogêneos é responsável por grande parte deste impasse – optou-se neste estudo pela investigação da existência de segmentação em um posto de trabalho específico, porém bastante significativo do mercado de trabalho brasileiro, já que ele representou aproximadamente 7% do total de pessoas empregadas no país em 2007. A escolha por tal abordagem segregacionista parece ser mais interessante, uma vez que se for possível identificar sinais da ocorrência (ou ausência) de segmentação para parcelas significativas do mercado de trabalho brasileiro, a coleção destas evidências isoladas poderá tornar menos contestável a sua classificação conjunta. Ou seja, se existir segmentação para os componentes do mercado de trabalho em separado, não será possível classificar a soma destes como um sistema competitivo.

Assim sendo, tomando por base a estratégia anteriormente descrita, optou-se no presente estudo pela avaliação de evidências que comprovem a existência/ausência de segmentação em um posto de trabalho bastante expressivo no Brasil, que é o de empregadas domésticas. De acordo com as inferências feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2007, as mulheres representavam 43,6% da população economicamente ativa brasileira, participação superior à observada, por exemplo, na PNAD referente ao ano de 2003 (42,7%), evidenciando assim a crescente inserção da força de trabalho feminina no mercado brasileiro de empregos. Em termos absolutos, tratou-se da incorporação estimada de aproximadamente 5,2 milhões de brasileiras ao contingente de pessoas em busca de uma oportunidade de emprego. Contudo, parcela relevante desta inserção foi acompanhada justamente do aumento no contingente de empregadas domésticas que teria saltado de 5,8 milhões em 2003 para 6,3 milhões em 2007. Ou seja, aproximadamente 11% do total de elevação nos postos de trabalho femininos teria sido fruto apenas desta categoria. É bem verdade que o grupo vem perdendo espaço dentro da força de trabalho feminina ao longo do tempo, já que sua

participação relativa no total de mulheres ocupadas caiu de 17,3% para 16,4% entre 2003 e 2007, respectivamente. Contudo, não se pode dizer que esta é uma parcela não significativa do mercado de trabalho brasileiro, pois esta única categoria representa cerca de 1/6 dos postos de trabalho femininos ou aproximadamente 7% do total de vagas no mercado de trabalho brasileiro, conforme já mencionado anteriormente. É sobre as características deste grupo, portanto, que recaem os esforços analíticos deste estudo e, de acordo com as estimativas realizadas, chega-se à conclusão que, de fato, temos um mercado de trabalho segmentado. Além da característica de formalidade aparentemente desempenhar um papel relevante na remuneração média das trabalhadoras domésticas, o retorno às demais características produtivas entre os dois grupos também parece ser distinto, apenas reforçando a percepção da existência de segmentação nesta função específica de trabalho.

Além desta seção introdutória, este trabalho conta com outras quatro subdivisões assim dispostas: uma apresentação da base de dados utilizada e algumas considerações gerais acerca deles; uma descrição da abordagem empírica e do tratamento econométrico utilizados para analisar as informações anteriores; considerações sobre os resultados obtidos e; por fim, uma seção apresentando as conclusões deste estudo.

2 Base de dados

A fonte de informações escolhida para o fornecimento dos dados que alimentarão os modelos econométricos a serem utilizados na avaliação da existência/ausência de segmentação no mercado de empregadas domésticas foi a PNAD efetuada pelo IBGE referente ao ano de 2007 (a mais atual à época do início deste estudo).

A pesquisa é realizada desde 1967 e, em princípio, foi concebida para ter abrangência nacional. Porém, a cobertura geográfica da PNAD veio sendo gradativamente ampliada, tendo atingido o objetivo de coletar informação em âmbito nacional apenas em 2004 (quando, finalmente, os dados das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá passaram a ser incorporados à pesquisa). Com periodicidade anual – foi interrompida apenas nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 por conta da realização dos Censos Demográficos, e em 1994 por conta de uma greve dos funcionários do IBGE – seu objetivo é coletar

informações básicas para a avaliação de questões do desenvolvimento socioeconômico da população brasileira ao longo do tempo. Por esta razão, contempla alguns temas específicos de forma regular, enquanto investiga outros – a depender de demandas específicas do governo brasileiro – de maneira menos freqüente. Pode-se citar como exemplo do primeiro grupo: características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação. Já no caso dos temas mais intermitentes, tem-se: características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição.

Construída para capturar as condições vigentes das variáveis estudadas em um dado instante no tempo, a PNAD é um exemplo bastante ilustrativo do que os econométricos denominam de *cross-section*. Ou seja, a pesquisa não contempla a evolução temporal das informações coletadas acerca de cada indivíduo, mas apenas um retrato referente a uma determinada data (chamada data de referência¹), sem qualquer tipo de constatação sobre a evolução das condições que aquele indivíduo investigado apresentava em períodos anteriores.

Assim, por meio de um questionário extenso e detalhado, os entrevistadores do IBGE utilizaram o intervalo temporal compreendido entre os dias 30 de setembro de 2006 e 22 de setembro de 2007 para entrevistar e coletar informações diversificadas de aproximadamente 400 mil pessoas (trezentas e noventa e nove mil, novecentas e sessenta e quatro para ser exato), obtendo, desta forma, uma profusão de dados sobre os seguintes tópicos: identificação dos moradores, características gerais dos moradores, características de migração dos moradores, características de educação dos moradores, características de trabalho das crianças moradoras de 5 a 9 anos de idade, características de trabalho e rendimento dos moradores de 10 anos ou mais de idade e características de fecundidade das mulheres moradoras de 10 anos ou mais de idade.

Dentre as quase 400 mil pessoas sobre as quais foram coletadas informações, por volta de 334 mil tinham idade igual ou superior a 10 anos na data de referência, contingente que forma a população em idade economicamente ativa (PIA). Dentre os elementos deste grupo, a maioria era de mulheres (51,7%). Porém, como é de conhecimento público, nem todos os componentes da PIA efetivamente participam do mercado de trabalho, seja como empregado ou como pessoa em busca de

¹ A data de referência da PNAD 2007 foi o dia 29 de Setembro daquele ano.

trabalho – que são os elementos que formam a chamada população economicamente ativa (PEA). No caso da PNAD de 2007, a coleta de dados revelou que a PEA amostral era constituída de aproximadamente 221 mil pessoas à época. Neste conjunto, diferente do que ocorre com a PIA, a maioria dos elementos é do sexo masculino (55,0%). Assim, a chamada taxa de participação no mercado de trabalho, obtida pela razão PEA/PIA, teria sido de 66,1% naquele ano, mas com uma diferença bastante aguda quando se avalia este conceito por gênero. No caso masculino, a taxa de participação foi de aproximadamente 75%, enquanto no caso das mulheres a taxa ficou abaixo de 60% (57,6%). A discrepância parece estar relacionada ao fato de existirem ainda muitas “donas-de-casa”, que acabam sendo excluídas da PEA², pois não recebem remuneração pelo seu trabalho e tampouco aparecem como pessoas em busca de emprego. Por fim, ainda de acordo com a PNAD, dentre as pessoas que compunham a PEA amostral em 2007, o grupo de trabalhadores domésticos somava 17.211 elementos (7,8% da PEA amostral), dos quais apenas 1028 indivíduos eram do sexo masculino, grupo que representou aproximadamente 6,0% do total desta categoria. Ou seja, pode-se dizer que a atividade de trabalho doméstico é, quase exclusivamente, praticada pelas mulheres. Dado que o foco do trabalho recai sobre essa última e que há baixa participação masculina nela, optou-se pela exclusão das informações acerca dos aproximadamente 195 mil homens, bem como das mulheres que estavam fora da PEA, reduzindo a amostra estudada para 99.498 observações. Além do corte por gênero e condição econômica, houve 990 ocorrências em que a entrevistada preferiu não fornecer informação acerca de uma variável chave para este estudo, que é o dado relativo ao rendimento médio mensal obtido no trabalho principal, o que ocasionou nova redução da amostra, que passou a contar com 98.508 itens. Problema semelhante também foi causado pela ausência de informação derivada do uso da alternativa “não aplicável” em diversas questões do formulário da PNAD, de tal sorte que a construção de uma tabela homogênea sumarizando as principais características do grupo de mulheres economicamente ativas ficou comprometida. Contudo, julgou-se ser pertinente a apresentação de algumas características destas

² Uma injustiça metodológica, na opinião do autor, mas que é consistente com a abordagem adotada em outros países em suas inferências estatísticas acerca do mercado de trabalho.

informações, bem como do número de observações que as geraram, com o intuito de explicitar a dificuldade descrita.

Tabela 1: Características selecionadas das mulheres economicamente ativas – Brasil - 2007

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Norte	98508	0,13	0,33	0	1
Nordeste	98508	0,31	0,46	0	1
Sudeste	98508	0,29	0,46	0	1
Sul	98508	0,16	0,37	0	1
Centro- Oeste	98508	0,11	0,31	0	1
Região Metropolitana	98508	0,39	0,49	0	1
Área Urbana	98508	0,86	0,35	0	1
Alfabetizada	98508	0,94	0,24	0	1
Anos de escola	98508	9,37	4,33	1	17
Arrimo de família	98508	0,28	0,45	0	1
Idade	98508	35,5	13,5	10	107
Ocupada	98508	0,90	0,30	0	1
Raça branca	98508	0,47	0,50	0	1
Tamanho da família	97755	3,60	1,51	1	16
Renda alternativa	91314	0,16	0,37	0	1
Sindicalizada	88730	0,15	0,36	0	1
Contr. da Previdência	79058	0,48	0,50	0	1
Carga horária semanal	79058	35,0	15,2	1	98
Tempo de casa	79058	7,26	9,00	0.0	53.9
Rendimento médio	79058	627,7	1072,6	0	80000
Dependentes	66894	1,67	1,21	0	13
Vai direto ao trabalho	60144	0,93	0,26	0	1
Tempo até trabalho	55728	1,77	1,31	1	7
Valealgo	52957	0,61	0,49	0	1
Formal	45453	0,54	0,50	0	1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

Com exceção das variáveis *Anos de Escola*, *Idade*, *Tamanho da família*, *Carga horária semanal*, *Rendimento médio*, *Tempo de casa*, *Dependentes* e *Tempo até o*

trabalho, todas as demais são variáveis binárias, o que possibilita tomar as suas médias como proporção da incidência daquela característica no número de observações disponíveis. Desta maneira, verifica-se que a maior parte do grupo de mulheres economicamente ativas em 2007 estava alocada nas regiões Nordeste e Sudeste, que juntas somavam 60% deste contingente, havendo uma divisão quase equânime deste percentual entre as duas. Coincidentemente, esta também é a porcentagem de mulheres economicamente ativas encontradas fora das regiões metropolitanas, que contam com aproximadamente 40% do grupo. Ou seja, em contraposição à idéia de que as grandes cidades são ilhas de oportunidades, as regiões interioranas parecem ser mais receptivas ao trabalho feminino e não em atividades relacionadas ao meio agrícola, já que apenas 14% das mulheres economicamente ativas era proveniente da zona rural.

No tocante a questões de escolaridade, praticamente a totalidade do grupo se declarou alfabetizada (94%) e com tempo médio de escolaridade suficiente para completar o primeiro grau (9,4 anos). Ademais, reforçando a impressão geral de crescente conquista de espaço na sociedade, mais de um quarto das mulheres economicamente ativas (cerca de 28%) já era a figura de referência da família, informação disposta na tabela anterior como *Arrimo de família*. Trata-se de um grupo aparentemente jovem, com taxa de ocupação relativamente elevada e predominantemente composto de mulheres brancas, já que a idade média observada foi de 35,5 anos, enquanto a taxa de desemprego ficou por volta de 10% (ou 90% de taxa de ocupação) e 47% das componentes deste contingente se declararam brancas.

As variáveis sobre as quais se referiram os comentários anteriores são aquelas que não apresentam qualquer tipo de problema com relação à ausência de informações e que permitem uma análise mais segura das características do contingente de mulheres economicamente ativas no Brasil em 2007. Não por acaso são as que ocupam as primeiras linhas da Tabela 1. Para as demais variáveis, contudo, depara-se com o problema da inexistência de informação ou inaplicabilidade da questão e, conforme se vai atingindo as linhas inferiores da Tabela 1, a queda no número de observações disponíveis torna mais crítica esta dificuldade. Ainda assim, achou-se conveniente apresentar alguns comentários sobre os resultados encontrados, já que em sete casos das doze variáveis com problemas de informação, o número disponível de leituras ainda é abrangente o suficiente, representando até 80% do

contingente total de 98.508 entrevistadas. Para os cinco casos restantes, comenta-se o resultado obtido, mas com a ressalva de que estas características possam não representar apropriadamente o grupo inicial.

A tendência cadente na taxa de fecundidade das mulheres à medida que as economias apresentam desenvolvimento e o grau de educação vai aumentando parece ser o fator de explicação para que o tamanho médio das famílias seja próxima a quatro pessoas. Isto é, aparentemente ter-se-ia a figura do casal e de dois filhos apenas e não mais as proles numerosas que eram comuns em décadas anteriores. Além disso, outra característica bastante ordinária anteriormente parece ter perdido força, que é a existência de uma fonte de renda alternativa derivada do recebimento de pensão dos cônjuges, uma vez que apenas 16% das mulheres economicamente ativas contaram com esta opção em 2007.

No tocante ao grau de sindicalização, as evidências encontradas apontam para uma baixa ocorrência desta característica (15%), enquanto a contribuição para o sistema previdenciário indica que aproximadamente a metade (48%) estava participando deste esquema. A carga horária semanal média foi em linha com os padrões mais comuns ao apontar 35 horas semanais, ou seja, média de 7 horas por dia. Sete também foi a média de tempo acumulado (em anos) no trabalho principal em 2007. A última variável deste grupo representativo é o rendimento médio obtido no trabalho principal, cuja média foi de R\$ 627,7, valor superior ao salário mínimo vigente tanto em 2007 quanto em 2006 (R\$ 380,00 e R\$ 350,00 respectivamente). Aqui, é curioso notar que além das 9.778 observações referentes às mulheres que não estavam ocupadas e que, portanto, não dispunham de rendimento, encontram-se outros 9.672 casos em que a resposta “não aplicável” foi utilizada, embora a entrevistada esteja classificada como “ocupada”.

No grupo de variáveis em que fica mais difícil considerar os resultados obtidos para as observações disponíveis como representativo do grupo de mulheres economicamente ativas, a informação referente ao número de filhos – variável *Dependentes* – está em linha com o resultado obtido na variável *Tamanho da família*. Isto é, a média de aproximadamente dois filhos parece estar em consonância com um núcleo familiar médio de quatro pessoas. Sobre as demais variáveis a extrapolação, como tem sido dito repetidamente, é menos confiável, mas observa-se uma predominância de mulheres cujo trajeto para o trabalho não contempla qualquer escala intermediária (93% das respondentes) e que levam

menos de uma hora para chegar ao seu destino (variáveis *Vai direto ao trabalho* e *Tempo até trabalho*³). Além disso, a maior parte das entrevistadas que ou se propuseram ou eram passíveis a responder a questão sobre o recebimento de algum tipo de auxílio – moradia, alimentação, transporte, escolar ou de saúde – em complemento ao salário afirmaram recebê-lo, o que pode ser observado pela valor médio da variável *Valealgo* (61%). A derradeira variável – relativa à questão se a entrevistada, que se declarava ocupada, possuía ou não carteira de trabalho assinada – causa certa estranheza pelo baixo volume de respostas, já que menos da metade do contingente de mulheres economicamente ativas respondeu a esta pergunta. Desta forma, fica difícil avaliar se a média de 54% de formalização das relações trabalhistas femininas que a variável sugere é, de fato, uma boa estimativa desta característica.

Feitas as considerações de ordem mais geral acerca de algumas características selecionadas da força de trabalho feminina, julgou-se ser interessante proceder a avaliação destas mesmas variáveis, porém sob uma ótica levemente alterada, que é a de perfilar as médias encontradas para cada informação, porém separando-as em subgrupos do contingente de mulheres economicamente ativas. Inicialmente, a comparação feita foi entre as características médias das entrevistadas que se declararam ocupadas em contraposição às informações daquelas que disseram estar sem trabalho. Depois, buscando afunilar mais na direção do objeto de análise deste estudo, a análise foi realizada apenas para os dois grupos de empregadas domésticas disponibilizados pela PNAD, que são o de trabalhadoras com carteira assinada e o de trabalhadoras sem esta formalização. Para auxiliar na avaliação destas informações, recorreu-se, novamente à construção de tabelas que facilitam o processo de visualização das idiosincrasias de cada grupo em cada situação anteriormente descrita. Começou-se pelo comparativo das mulheres economicamente ativas ocupadas em contraste às não ocupadas.

³ A variável contempla quatro faixas de intervalo de tempo às quais são atribuídas os números 1, 3, 5 e 7 da seguinte forma: 1 – até 30 minutos; 3 – mais de 30min até 1 hora; 5 – mais de 1h até 2 horas; 7 – mais de 2 horas.

Tabela 2: Comparativo de média das características selecionadas das mulheres economicamente ativas ocupadas e não ocupadas – Brasil - 2007

Variável	Economicamente ativas	Ocupadas	Desocupadas
Norte	0,13	0,12	0,14
Nordeste	0,31	0,30	0,35
Sudeste	0,29	0,29	0,30
Sul	0,16	0,17	0,11
Centro- Oeste	0,11	0,11	0,10
Região Metropolitana	0,39	0,38	0,48
Área Urbana	0,86	0,85	0,93
Alfabetizada	0,94	0,94	0,97
Anos de escola	9,37	9,33	9,75
Arrimo de família	0,28	0,29	0,20
Idade	35,5	36,3	28,3
Ocupada	0,90
Raça branca	0,47	0,47	0,40
Tamanho da família	3,60	3,58	3,82
Renda alternativa	0,16	0,16	0,17
Sindicalizada	0,15	0,15	..
Contr. da Previdência	0,48	0,48	..
Carga horária semanal	35,0	35,0	..
Tempo de casa	7,26	7,26	..
Rendimento médio	627,7	627,7	..
Dependentes	1,67	1,67	1,68
Vai direto ao trabalho	0,93	0,93	..
Tempo até trabalho	1,77	1,77	..
Valealgo	0,61	0,61	..
Formal	0,54	0,54	..

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em termos geográficos, observa-se que a distribuição de mulheres economicamente ativas entre as regiões é praticamente idêntica à encontrada para as mulheres ocupadas. Porém, o mesmo não pode ser dito acerca da distribuição geográfica das

mulheres desocupadas, já que o Nordeste conta com uma proporção maior do que dispõe de mulheres economicamente ativas, enquanto o Sul apresenta uma proporção menor nos mesmos termos comparativos. Outra distinção territorial importante é que as regiões metropolitanas acabam concentrando praticamente metade das mulheres sem trabalho, embora conte apenas com cerca de 40% das mulheres economicamente ativas e das mulheres ocupadas. Ou seja, mais uma evidência de que as “ilhas de oportunidades” de fato se encontram nos grotões e não nas grandes cidades. Porém, é nas áreas urbanas em que encontramos a maior parcela das desocupadas, com as áreas rurais abarcando apenas 7% deste contingente.

No tocante às questões educacionais, é interessante notar que as entrevistadas que não dispunham de emprego possuíam maiores taxas médias de alfabetização e também de anos de escolaridade (97% e 9,75 anos, respectivamente, frente a 94% e 9,33 anos no grupo de ocupadas), algo aparentemente contraditório à idéia de que acúmulo de capital humano reduz a chance de não encontrar um emprego. Contudo, esta contradição fica um pouco menos intrigante quando se olha a idade média dos dois grupos e se verifica que as desocupadas são mais jovens, contando, portanto, com menos experiência do que as mulheres ocupadas. Observa-se, ademais, certa similaridade nas características familiares entre os dois grupos, com núcleos formados por quatro pessoas – sendo dois filhos dependentes – representando o padrão médio encontrado. Por fim, embora represente praticamente metade das mulheres economicamente ativas, as entrevistadas que se declararam brancas eram minoria entre as componentes do grupo de desocupadas, o que poderia sugerir alguma espécie de preconceito. Contudo, outras questões podem interferir nesta relação. Por exemplo, a média de escolaridade das mulheres brancas é superior à das não brancas e pode ser a razão pela qual haja maior participação das primeiras entre as ocupadas.

Cumprida a etapa de análise de algumas características específicas do contingente de mulheres economicamente ativa, procedeu-se em seguida ao escrutínio de algumas variáveis escolhidas para o objeto de estudo deste trabalho, que são as empregadas domésticas. Porém, ao invés de se fazer a comparação entre ocupadas e desocupadas, o critério de separação desta vez foi entre trabalhadoras formais e informais, com o primeiro grupo sendo representada pelas mulheres que

desempenhavam a atividade de doméstica com carteira profissional assinada e as que não dispunham deste vínculo sendo colocadas no segundo conjunto.

Tabela 3: Comparativo de média das características selecionadas das empregadas domésticas com carteira assinada e sem carteira assinada – Brasil - 2007

Variável	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
Norte	0,13	0,06	0,15
Nordeste	0,30	0,20	0,33
Sudeste	0,30	0,41	0,27
Sul	0,14	0,19	0,12
Centro- Oeste	0,13	0,14	0,13
Região Metropolitana	0,40	0,49	0,37
Área Urbana	0,91	0,93	0,91
Alfabetizada	0,92	0,95	0,91
Anos de escola	6,97	7,30	6,87
Idade	35,2	38,8	34,2
Raça branca	0,33	0,39	0,32
Arrimo de família	0,34	0,36	0,33
Tamanho da família	3,69	3,44	3,77
Dependentes	1,77	1,65	1,80
Sindicalizada	0,02	0,02	0,01
Vai direto ao trabalho	0,91	0,93	0,91
Tempo até trabalho	1,93	2,35	1,78
Carga horária semanal	36,9	44,0	34,4
Tempo de casa	4,75	6,17	4,26
Contr. da Previdência	0,29	0,97	0,05
Valealgo	0,67	0,83	0,62
Renda alternativa	0,19	0,11	0,22
Rendimento médio	313,8	456,0	264,7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Problema semelhante ao encontrado na avaliação das características do contingente de mulheres economicamente ativas é visto na análise das trabalhadoras

domésticas também. Isto é, embora 16.101 respondentes tenham dito ser empregadas domésticas, algumas variáveis acabam não apresentando este montante de informações disponíveis. Contudo, diferente do caso anterior, a maior redução encontrada no número de observações é de aproximadamente 30%, o que torna menos crítico a extrapolação dos resultados encontrados para esta amostra reduzida para o grupo todo. Além disso, na comparação com as tabelas anteriores, na Tabela 3 foram excluídas duas variáveis redundantes, que são a característica de ocupação e de formalidade. No primeiro caso, a exclusão foi derivada do fato de só se considerar trabalhadoras domésticas ocupadas na tabela, podendo-se, portanto, descartar análises acerca desta condição. No segundo caso, referente à formalidade, a divisão do grupo de domésticas entre as que possuem carteira de trabalho assinada e as que não a possuem já define os universos analisados, tornando a variável *Formal* uma informação redundante. Vale a pena, contudo, informar que o grupo de trabalhadoras domésticas com carteira assinada representou 23% da categoria. Feitas estas ressalvas e considerações, passa-se à avaliação dos resultados obtidos.

Com relação às questões geográficas, a disposição geral das empregadas domésticas é bastante semelhante à encontrada para o grupo de mulheres economicamente ativas, com predominância das regiões Nordeste e Sudeste e relativo equilíbrio entre as demais. Contudo, quando se faz a comparação dos grupos formais e informais, as regiões mais pobres (Nordeste e Norte) acabam apresentando menor participação no contingente de empregadas domésticas com carteira assinada e maior proporção na de trabalhadoras sem carteira assinada, quando comparadas à classificação geral. Por exemplo, a despeito de contar com 30% das empregadas domésticas brasileiras, a região Nordeste contempla apenas 20% das trabalhadoras com carteira assinada, enquanto abarca 33% das domésticas sem carteira assinada. Fenômeno parecido ocorre quando fazemos a análise utilizando as variáveis *Região Metropolitana* e *Área Urbana*, que ganham participação em relação à proporção indistinta quando se trata das domésticas com carteira assinada, e que perdem quando são contabilizadas as trabalhadoras informais. Logicamente, a situação se inverte nas regiões mais ricas, regiões não metropolitanas e áreas rurais.

No tocante às questões de escolaridade, o grupo de trabalhadoras formais apresenta maior proporção de alfabetizadas e com média de escolaridade mais alta,

desta vez reforçando a idéia de que a acumulação de capital humano traz benefícios, como, por exemplo, uma garantia mais forte de manutenção do emprego. Além disso, a idade acaba sendo aparentemente um diferencial favorável para a idade superior às que não possuem carteira assinada. Uma vez mais, a constatação de maior proporção de mulheres brancas entre as formalizadas poderia, inicialmente, indicar algum preconceito. Porém, como discutido anteriormente, entre as empregadas domésticas continuou valendo a constatação de que as trabalhadoras brancas apresentam maior grau de escolaridade, que pode ser o motivo da maior taxa de formalização.

Reforçando a importância da categoria escolhida para foco de análise neste estudo, temos a indicação de que um terço destas trabalhadoras já é a pessoa de referência da família, proporção superior à encontrada entre o grupo de mulheres economicamente ativas (mais próxima a $\frac{1}{4}$). Família esta que, tal qual encontrado nas evidências anteriores, seria composta de quatro pessoas em média, contando também com a presença de dois filhos. Ou seja, quadro bastante semelhante ao encontrado para as mulheres economicamente ativas de forma geral e sem distinção significativa entre as trabalhadoras com carteira assinada e aquelas sem esta característica. Outros pontos em que não existiu diferença substancial entre os dois grupos são os referentes à sindicalização, trajeto até o trabalho e tempo gasto no trajeto. O grau de sindicalização observado na categoria – e entre os dois conjuntos de trabalhadoras – era praticamente inexistente, enquanto quase que a totalidade das domésticas ia direto de seus domicílios para seus locais de trabalho, gastando até 1 hora no trajeto.

Já no caso da carga horária semanal, observou-se uma distinção importante, pois além de contar com uma carga média superior à de suas colegas sem carteira assinada, as trabalhadoras com carteira assinada aparentemente trabalharam acima das usuais oito horas diárias, caso consideremos que elas não se apresentavam ao trabalho aos sábados. Uma possível explicação pode estar atrelada à questão do vínculo formal implicar, geralmente, no atendimento a apenas um emprego, enquanto as domésticas informais acabam acumulando diversos empregos (diaristas). Assim, embora elas tenham apenas um local de trabalho, as empregadas formais acabariam permanecendo mais tempo no serviço por assumirem funções

não relacionadas apenas ao trabalho de manutenção do domicílio⁴. Diferença importante também foi observada na questão de tempo de vínculo com o emprego, que parece corroborar a percepção de que é necessário um período de tempo relativamente longo para que haja a formalização desta ligação com o emprego em questão, já que a média de ligação das trabalhadoras sem carteira assinada era superior a quatro anos. Já a distinção apresentada na questão de contribuição à Previdência Social reflete apenas a questão legal inerente à formalização do vínculo empregatício. “Carteira assinada” implica em contribuição ao sistema previdenciário por força de lei, daí a quase totalidade das empregadas com esta característica se declararem contribuintes. Só não se chega a 100% pois parte do recolhimento da contribuição fica a cargo do empregador e outra a cargo das empregadas.

Com relação às variáveis referentes ao rendimento, observou-se que a maioria das domésticas acaba recebendo algum tipo de auxílio dos empregadores, independentemente de serem trabalhadoras com ou sem carteira de trabalho assinada. Embora esta prática tenha se mostrado mais freqüente entre as primeiras, é interessante notar que, mesmo entre as componentes do último grupo, a concessão de algum tipo de benefício adicional ao salário seja algo relativamente comum. No tocante à existência de renda alternativa, embora a minoria das empregadas domésticas tenha uma fonte deste tipo, a proporção encontrada entre as trabalhadoras sem carteira assinada foi o dobro da observada para suas colegas formalizadas. Uma provável razão para este diferencial pode estar associada à participação das domésticas sem carteira assinada em programas assistenciais governamentais.

Por fim, a variável sobre a qual este estudo se deteve para avaliar a questão da existência ou ausência de segmentação no mercado de trabalho das empregadas domésticas, que é o rendimento médio obtido no trabalho principal. Como descrito na seção introdutória, apesar de a teoria indicar que a média dos salários deveria ser maior no caso de trabalhadoras informais do que para domésticas com carteira assinada, a situação encontrada é justamente a oposta, o que pode sinalizar a existência de segmentação entre os dois grupos. Contudo, conforme também

⁴ Recebimento de encomendas, pajejar crianças porque os pais tiveram problemas em seus serviços, etc. A lista de tarefas adicionais ao trabalho doméstico e a freqüência de sua ocorrência são bastante conhecidas de quem dispõe dos serviços destas profissionais em suas casas.

descrito na seção anterior, a mera constatação de diferença salarial não pode ser tomada como evidência irrefutável de que se tenha deparado com um mercado de trabalho não integrado. Temos aqui, então, um indício da existência de segmentação neste mercado, mas como outras questões podem influenciar o valor obtido como remuneração – por exemplo, grau de escolaridade ou tempo de serviço – não se pode dizer de antemão que as empregadas domésticas enfrentam segmentação. A tentativa de dirimir esta dúvida é o foco das próximas seções.

3 Abordagem empírica

A abordagem inicialmente imaginada para ser empregada na investigação da existência de segmentação é a de utilizar mínimos quadrados ordinários, para obter a média condicional dos rendimentos de cada trabalhadora, controlada por alguns fatores que se imagina que tenham influência na determinação dos salários desta categoria. Além dos itens escolaridade, idade, raça, aspectos geográficos, características familiares, existência de algum tipo de auxílio ou fonte alternativa de renda, sindicalização, contribuição à Previdência Social, carga horária semanal e tempo de trabalho, incluir-se-ia exatamente a variável binária “Carteira”, que assume valor nulo no caso da empregada doméstica não possuir carteira de trabalho assinada e valor igual à unidade em caso contrário (ou seja, possuir vínculo formal de trabalho caracterizado pela carteira de trabalho assinada). Portanto, a proposta inicial de investigação é rodar uma regressão múltipla do seguinte modelo:

$$L = X * \beta + \alpha * C + \epsilon$$

Em que **L** é a matriz que contém os logaritmos dos rendimentos médios de cada empregada doméstica, denominada daqui por diante como a variável Logsalário, **X** a matriz de todos os regressores utilizados para obter a média condicional do regressando – exceto o item relacionado à formalidade – e β a matriz dos parâmetros lineares referentes àquelas variáveis. A matriz **C** é a que contém exclusivamente informações sobre a questão de formalidade, enquanto a matriz ϵ diz respeito aos choques aleatórios que possam provocar desvios entre o resultado esperado para o logaritmo do rendimento e seus valores efetivos. Por fim, o parâmetro α , que é a chave da investigação sobre a existência de segmentação no mercado de trabalho das empregadas domésticas.

Antes de seguir adiante, faz-se necessário uma observação acerca da utilização dos logaritmos dos rendimentos médios ao invés da informação original. Se por um lado a transformação facilita a compreensão dos parâmetros estimados – que passam a ser estimativas dos coeficientes de semi-elasticidade⁵⁵ do rendimento médio em relação aos regressores – por outro lado acarreta a “perda” de observações cujo valor de rendimento médio seja zero. Ao se somar estas restrições ao número de repostas “não aplicável” para a questão referente ao rendimento médio, tem-se a eliminação de mais 2.734 observações, o que reduziu a amostra de estudo para 13.367 entrevistadas, contingente ainda amplo para propiciar inferências confiáveis acerca deste grupo de trabalhadoras, já que se trata de, aproximadamente, 83% da amostra original.

Assumindo que os regressores escolhidos sejam capazes de fazer com que a matriz ε contenha elementos cuja distribuição de frequência seja compatível com a de um ruído branco, o valor que o parâmetro α assumirá é igual a zero, caso o mercado de trabalho de domésticas seja integrado. Já se houver existência de segmentação no mercado de trabalho, o parâmetro α assumirá um valor positivo. A explicação é derivada do fato de que o regressor C é uma variável binária, com o número um associado aos casos em que as empregadas possuem carteira de trabalho assinada e o número zero às que não possuem. Portanto, se o parâmetro α for nulo, apenas as demais características é que determinarão o rendimento médio das domésticas. Contudo, se α for positivo, as empregadas domésticas que possuírem carteira de trabalho assinada receberão aproximadamente um salário $\alpha\%$ maior que as trabalhadoras que apresentarem a mesma capacidade produtiva, mas que não desfrutam de carteira de trabalho assinada. Finalmente, se o parâmetro α for negativo, o valor seria apenas a evidência de outros benefícios (tangíveis e intangíveis) associados à formalidade, que possibilitaria o pagamento de um salário menor do que aquele observado pelas trabalhadoras informais. Ou seja, não se trataria de segmentação às avessas, mas sim de evidência de um mercado competitivo e integrado.

⁵⁵ Por se tratar de um modelo log-linear, os parâmetros estimados podem ser interpretados como o incremento percentual que uma unidade adicional da variável em questão provocará na variável original sendo estudada. No caso deste estudo, no rendimento médio.

Aparentemente, portanto, a identificação de segmentação é algo trivial. Há, entretanto, um tópico sempre presente nas discussões acerca do tema, que pode tornar esta tarefa um pouco menos direta. Trata-se da questão de auto-seleção dos trabalhadores em determinado sistema de contratação (formal ou informal). Isto é, pode haver um viés de seleção entre os trabalhadores que acaba interferindo no rendimento médio e que não deveria ser atribuído à existência de segmentação. Por exemplo, existe a possibilidade de que um contingente de empregadas domésticas seja mais avesso a riscos e prefira se candidatar apenas a postos de trabalho em que o empregador contrata pessoas de acordo com as regras formais. Ou, pelo contrário, pode haver um contingente de trabalhadoras que ofereça seus serviços apenas em caráter informal, pois não considera ser benefício ter o vínculo empregatício, que já pode estar sendo provido por outro membro da família – situação semelhante é descrita por Maloney (1998) acerca do mercado mexicano de trabalho. Em suma, pode ser que o diferencial seja influenciado por este viés de seleção e, desta forma, achou-se necessário tratar do tema neste trabalho.

A maneira escolhida para se avaliar a questão do viés de seleção foi seguir o roteiro sugerido por Heckman (1976) e que ficou conhecido como “Método Heckit” para correção deste tipo de problema. Resumidamente, o método propõe que a estimação de um modelo para explicar um fenômeno – no caso deste trabalho, a diferença salarial entre trabalhadoras domésticas com carteira assinada e empregadas sem esta característica – seja feita em dois estágios. No primeiro deles, roda-se um modelo *probit* para se obter o termo de correção de um eventual viés de seleção. Encontrado este termo, parte-se para a segunda etapa, que consiste em rodar o modelo inicial, mas incluindo este termo de correção, de tal sorte que os parâmetros estimados para os outros regressores sejam consistentes. Ou seja, a primeira etapa do método Heckit gera, grosso modo, um novo regressor que estaria sendo omitido da estimação e que acabaria tornando viesadas as estimativas dos parâmetros.

Contudo, para que seja possível efetuar a primeira etapa, existe a necessidade de que encontremos pelo menos uma variável que esteja associada à característica de escolha – no caso a opção pela formalidade ou informalidade – e que não seja relacionada ao fenômeno que se busca explicar. Isto é, precisamos de uma variável instrumental que ajude a definir, no caso deste trabalho, se a empregada doméstica está se voluntariando apenas a postos em que haja a possibilidade de ter sua

carteira de trabalho assinada pelo contratante. É bom frisar que algumas das características presentes na regressão do diferencial salarial poderão estar presentes no modelo de explicação da escolha – aliás, pode-se ter todas elas – mas como dito anteriormente, é necessário que haja pelo menos uma que esteja correlacionada com a decisão de em qual estrutura ofertar trabalho, porém que não interfira na determinação do rendimento médio.

Neste estudo, escolheu-se três variáveis para desempenhar este papel. A primeira delas foi a que diz respeito à “posição” hierárquica da trabalhadora doméstica em seu núcleo familiar. Isto é, se a empregada é ou não a pessoa de referência da sua família. Ou seja, assumiu-se que a posição “chefe de família” seria uma característica que poderia estar relacionada fortemente com a escolha de trabalhos formais, já que estes garantiriam benefícios aos demais integrantes da família, tais como auxílio para alimentação. Entretanto, dificilmente esta seria uma característica que estaria relacionada ao recebimento de salário superior. Além desta, incluiu-se também no modelo de escolha das trabalhadoras as variáveis relativas ao tempo gasto entre os seus domicílios e seus locais de trabalho, e a referente à existência/ausência de escalas neste trajeto. Imagina-se que, quanto maiores os valores destas duas informações, maior seria a propensão pela escolha de postos de trabalho com vínculo formal, como uma forma de compensação por estas características negativas.

Definidas as variáveis que se imagina que interfeririam na seleção do tipo de vínculo a ser buscado pelas domésticas, gerou-se uma variável chamada *LogHeckman* por meio da interação entre as variáveis *Carteira* e *Logsalário* para capturar a informação referente aos rendimentos médios apenas das trabalhadoras com carteira assinada, já que a informação disponibilizada por *Logsalário* também contempla dados das trabalhadoras sem carteira assinada. Desta maneira, a investigação acerca da existência de viés de seleção seria feita da seguinte forma:

Modelo a ser estimado => $\text{LogHeckman} = X * \beta + \varepsilon_1$, sendo que

Equação de seleção => $\text{LogHeckman} \exists$, se $Z * \gamma + \varepsilon_2 > 0$, com

$$\varepsilon_1 \sim N(0, \sigma), \varepsilon_2 \sim N(0, 1) \text{ e}$$

$$\text{Correlação}(\varepsilon_1, \varepsilon_2) = \rho$$

Caso a estimação anterior resulte no encontro de um valor de ρ estatisticamente igual a zero, poder-se-á dizer que não existe viés de seleção no mercado de

trabalho das empregadas domésticas e os resultados obtidos na estimação por mínimos quadrados ordinários serão classificados como consistentes.

Contudo, ainda que seja feita a correção de um possível viés de seleção, a simplicidade envolvida na estimação anterior resultaria também em relativa pobreza de argumentação para explicar o diferencial existente entre as categorias. Além da questão específica relacionada à existência de vínculo formal entre a empregada doméstica e seu(sua) empregador(a), outros elementos também podem auxiliar a identificar a causa de rendimentos médios diferentes. Por exemplo, a dotação média de escolaridade das empregadas domésticas com carteira assinada pode ser superior à dotação média do mesmo fator de produtividade relativa ao grupo de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e ter (ou não) influência nesta distinção salarial. Julgou-se interessante, portanto, avaliar também esta questão de efeito-dotação no diferencial salarial encontrado entre os dois contingentes de trabalhadoras domésticas, identificando assim com maior exatidão os componentes responsáveis pela existência desta distinção nos rendimentos médios dos grupos. É importante destacar que, neste ponto, não se trata de tentar controlar o diferencial de salário, mas apenas de tentar separar o que se deve a características próprias das trabalhadoras e o que se pode atribuir a outros fatores não identificados.

Para realizar este escrutínio, optou-se por utilizar um procedimento conhecido como decomposição Blinder-Oaxaca (Blinder 1973; Oaxaca 1973), que consiste em desmembrar em duas parcelas distintas o diferencial salarial médio observado entre dois grupos. Uma parcela relacionada às diferenças nas características produtivas que cada contingente apresenta e outra parcela residual, cuja existência não pode ser atribuída àquelas desigualdades. Há, porém, a possibilidade de este resíduo ser segregado em outros dois componentes. Um referente apenas à diferença de retornos dos grupos às variáveis de controle – algo que pode ser utilizado como um indicador mais confiável de possível discriminação entre os grupos – e, finalmente, um resíduo puro. Este último item encarregar-se-ia da interação simultânea que ocorre entre as diferenças nas características produtivas e os diferentes retornos a estes regressores (uma espécie de efeito cruzado das duas influências). Adotando o modelo linear proposto anteriormente para explicar o rendimento salarial, pode-se descrever o método da seguinte forma:

- sejam $R_f = X_f * \beta_f + \varepsilon_f$, e, $R_i = X_i * \beta_i + \varepsilon_i$ os modelos que explicam, respectivamente, os rendimentos médios do grupo Formal (f) e grupo Informal (i) de trabalhadoras domésticas; X a matriz contendo os regressores, β a matriz de parâmetros destas variáveis de controle e ε a matriz de desvios (com propriedades de ruído branco) entre valores estimados e efetivos. O que se deseja explicar é o diferencial médio entre R_f e R_i . Portanto, utilizando a notação $\Delta(R_f - R_i)$ para designar este diferencial, as estimativas serão feitas com relação a:
 - $\Delta(R_f - R_i) = E(R_f - R_i) = E(R_f) - E(R_i) = E(X_f * \beta_f + \varepsilon_f) - E(X_i * \beta_i + \varepsilon_i)$
 - $\Delta(R_f - R_i) = E(X_f * \beta_f) + E(\varepsilon_f) - E(X_i * \beta_i) - E(\varepsilon_i)$;
- Ocorre que, por hipótese, tanto ε_f quanto ε_i são ruídos brancos, logo
 - $E(\varepsilon_f) = E(\varepsilon_i) = 0$, portanto
 - $\Delta(R_f - R_i) = E(X_f * \beta_f) - E(X_i * \beta_i)$
- Adicionalmente, sabe-se que β_f e β_i são parâmetros, assim
 - $E(\beta_f) = \beta_f$, e $E(\beta_i) = \beta_i$, então
 - $\Delta(R_f - R_i) = E(X_f) * \beta_f - E(X_i) * \beta_i$
- Porém, a diferença acima pode ser reescrita da seguinte maneira⁶
 - $\Delta(R_f - R_i) = [E(X_f) - E(X_i)] * \beta_i + E(X_i) * (\beta_f - \beta_i) + \{[E(X_f) - E(X_i)] * (\beta_f - \beta_i)\}$
- Ou, para fazer referência às parcelas mencionadas anteriormente,
 - $\Delta(R_f - R_i) = (\text{Dotação}) + (\text{Discriminação}) + (\text{Interação})$, onde
 - $\text{Dotação} = [E(X_f) - E(X_i)] * \beta_i$
 - $\text{Discriminação} = E(X_i) * (\beta_f - \beta_i)$
 - $\text{Interação} = \{[E(X_f) - E(X_i)] * (\beta_f - \beta_i)\}$

Pode-se notar das parcelas anteriores que, na ausência de diferenças, por exemplo, entre as médias dos regressores dos dois grupos (X_f e X_i), a constatação de uma discrepância entre os rendimentos médios acabará sendo atribuída apenas à discriminação, uma vez que os resultados dos produtos das matrizes de Dotação e Interação seriam matrizes nulas. Por outro lado, caso não houvesse diferença nos retornos às variáveis de controle entre os dois grupos (isto é, se as matrizes de parâmetros β_f e β_i são idênticas), uma eventual divergência salarial será fruto apenas

⁶ Ver Winsborough e Dickinson 1971; Jones e Kelley 1984; Daymont e Andrisani 1984.

de diferenças nas dotações de capacidades produtivas, pois desta vez os produtos das matrizes de Discriminação e Interação é que seriam nulos. Por fim, pode existir a situação em que se tem tanto diferença nas dotações iniciais de cada grupo e também nos retornos às variáveis de controle, caso em que a Interação não se anularia.

Ou seja, a decomposição do diferencial salarial da forma descrita anteriormente possibilita uma melhor compreensão dos fatores que podem estar associados à existência de segmentação e, conseqüentemente, pode sinalizar de maneira mais adequada quais medidas podem ser adotadas para corrigir esta distorção (caso ela exista).

Na seção subsequente, os resultados de todas as considerações empíricas abordadas anteriormente estão apresentados.

4 Resultados

Conforme descrito na seção anterior, a primeira opção de análise realizada para averiguar a existência ou ausência de segmentação no mercado de trabalhadoras domésticas em 2007 foi aplicar o método de mínimos quadrados ordinários para estes dados que formam uma *cross-section*. A tabela a seguir traz os resultados obtidos com esta abordagem.

Tabela 4: Coeficientes obtidos pela estimação por mínimos quadrados ordinários para a regressão da variável Logsalário

Variável	Coeficiente	Desvio Padrão	Estatística t	P-valor
Raça branca	0,04	0,01	3,95	0,00
Alfabetizada	0,11	0,02	5,40	0,00
Anos de escola	0,02	0,00	12,54	0,00
Tempo de casa	0,01	0,00	9,20	0,00
Carga horária semanal	0,01	0,00	47,20	0,00
Idade	0,07	0,00	32,22	0,00
Idade^2	0,00	0,00	-26,38	0,00
Tamanho da família	-0,02	0,00	-5,76	0,00
Renda alternativa	-0,12	0,01	-10,14	0,00
Valealgo	0,15	0,01	14,90	0,00
Contr. da Previdência	0,31	0,02	13,65	0,00
Sindicalizada	-0,24	0,05	-5,30	0,00
Região Metropolitana	0,17	0,01	17,93	0,00
Área Urbana	0,13	0,02	8,12	0,00
Norte	0,30	0,02	18,06	0,00
Sudeste	0,41	0,01	29,15	0,00
Sul	0,46	0,02	25,02	0,00
Centro-Oeste	0,47	0,02	26,98	0,00
Alfabetizada x Carteira	-0,18	0,05	-3,78	0,00
Sindicalizada x Carteira	0,24	0,08	2,97	0,00
Idade x Carteira	-0,01	0,00	-6,75	0,00
Norte x Carteira	-0,13	0,04	-2,97	0,00
Sudeste x Carteira	-0,12	0,03	-4,12	0,00
Sul x Carteira	-0,15	0,03	-4,33	0,00
Centro-Oeste x Carteira	-0,19	0,04	-5,23	0,00
Carteira	0,59	0,07	8,38	0,00
Constante	2,76	0,05	59,30	0,00

Fonte: Autor.

A primeira constatação a ser feita diz respeito à alta significância, do ponto de vista estatístico, dos coeficientes obtidos para todas as variáveis, inclusive a relacionada à questão racial. Ou seja, esta descoberta indica que poderia haver segmentação

racial no mercado de trabalho de domésticas, pois o fato de ser da raça branca aparece com efeito positivo no rendimento médio das trabalhadoras, embora a diferença seja mínima, pois as domésticas brancas receberiam 4% a mais do que as empregadas de outras raças. Entretanto, como dito em seção anterior, este não é o foco de análise do presente estudo, mas sim algo que poderá ser tratado em outra ocasião. Em suma, a significância estatística dos coeficientes estimados sinaliza que, aparentemente, conseguiu-se capturar de maneira consistente os impactos dos regressores sobre o logaritmo do rendimento nominal das trabalhadoras domésticas. Todos os sinais dos estimadores relacionados aos regressores tradicionais (escolaridade, experiência, idade, tempo de trabalho, jornada semanal, etc.) parecem estar de acordo com o esperado. Ou seja, empregadas alfabetizadas tem retorno positivo por conta desta condição, bem como em relação aos anos de escola. Portanto, ambos reforçam a percepção de que acúmulo de capital humano é importante, ainda que a função desempenhada demande um nível muito baixo deste fator. Outro ponto em concordância com o senso comum é o referente ao tempo de trabalho e à carga horária semanal, que também impactam positivamente o rendimento médio, embora esses fatores pareçam ter influência relativamente baixa sobre o ganho da trabalhadora, já que para cada ano adicional de trabalho ou hora a mais na jornada semanal, há um aumento estimado de apenas 1% no valor nominal do rendimento. Em linha também com a teoria, a experiência de trabalho da empregada – tomando a idade como *proxy* desta característica – conta positivamente e, aparentemente, sem que haja retorno marginal decrescente já que o coeficiente associado ao quadrado da experiência é igual a zero. Ou seja, diferente do que seria observada em outras categorias, parece não existir um ponto a partir do qual a experiência passaria a ser considerada uma desvantagem, sendo sempre um diferencial favorável. Por fim, mas ainda em consonância com o previamente esperado, o tamanho da família e a existência de uma fonte alternativa de renda impactam negativamente o rendimento médio. No primeiro caso, a necessidade de suprir carências de um número maior de pessoas acaba fazendo com que sejam reduzidas as exigências quanto às características do emprego a ser arranjado. Já no caso de haver uma renda alternativa, a atividade de trabalhar como doméstica acabaria servindo como um complemento, tornando menos impositiva a formalização do vínculo de trabalho.

Contudo, o resultado obtido para três coeficientes acabou sendo contrário ao que se imaginaria de antemão. Tratam-se dos coeficientes referentes ao recebimento de algum tipo de auxílio – capturado pela variável *Valealgo* – bem como ao de haver contribuição ao sistema previdenciário e também à questão da sindicalização. Diante do fato de que os dois primeiros – recebimento de auxílio e contribuição à previdência – são montantes que o empregador pode descontar dos salários dos seus funcionários, a expectativa prévia é de que estes fatores afetassem negativamente o rendimento médio. Aparentemente, as entrevistadas consideraram estes valores como parte de seus salários e não informaram o valor líquido destes descontos, o que pode ser a causa da inversão dos sinais esperados. No caso da sindicalização, assumindo-se que trabalhadoras com esta característica tenham maior conhecimento das regras que vigoram em sua atividade, supor-se-ia que este fator teria um impacto positivo sobre o rendimento, mas o que se observa é exatamente o oposto. A causa para esta distorção pode estar associada a questões de marco legal no país, que acaba privilegiando o trabalhador em disputas judiciais. Desta maneira, o maior conhecimento das regras que a sindicalização possa trazer parece reduzir a disposição dos empregadores em pagar salários mais altos.

No tocante às características geográficas, não surgiu nenhuma controvérsia, com os parâmetros estimados para as variáveis referentes às trabalhadoras se encontrarem em regiões metropolitanas e/ou áreas urbanas apresentando resultados em linha com o senso comum. Isto é, ambos positivos, sinalizando que os contratantes das grandes centros e das cidades acabam pagando um salário superior ao que se observa nos grotões do país e nas áreas rurais. Também os coeficientes referentes às grandes regiões do país vieram em consonância com o previamente imaginado. Por se tratar de variáveis *dummies*, não se pode incluir todas as regiões na análise, tendo sido escolhido o Nordeste como referência para as comparações. O critério de escolha foi baseado no fato de o Nordeste apresentar a menor renda per capita entre todas as regiões. Desta forma, não é surpresa que os resultados obtidos indiquem um diferencial positivo nas demais áreas frente à base de referência, já que, por possuir rendimento mais elevado, a disposição em remunerar as empregadas domésticas é superior à encontrada entre os empregadores nordestinos.

Além de fatores específicos, julgou-se ser adequada a construção de algumas variáveis resultantes da interação entre uma característica e a questão da

formalidade. Desta maneira, foram geradas fatores para avaliar a interação entre a alfabetização e a formalização, bem como desta última com a sindicalização e com a idade. Além das três influências anteriores, também se optou pela análise da formalidade nas diferentes regiões do país.

Se a alfabetização é um fator que afeta, por si só, positivamente o rendimento médio das trabalhadoras domésticas, a interação desta característica com a formalização gera um efeito contrário. Julga-se que a razão para esta influência, uma vez mais, seja derivada das questões legais que envolvem as relações trabalhistas no país. Como a alfabetização implica em maior possibilidade de litígio ao término da relação de trabalho, principalmente no caso das trabalhadoras com carteira assinada, os empregadores aplicariam um desconto ao salário que estariam dispostos a pagar, antevendo que esta economia poderá ser utilizada em eventual condenação por conta de uma determinação judicial. Porém, a interação entre sindicalização e formalização aponta para um impacto positivo sobre o rendimento médio. Neste caso, a explicação talvez seja exatamente pelo receio que a empregada sindicalizada causa no tocante à questão legal. Assim, os empregadores acabariam pagando um valor superior ao inicialmente desejado, apenas para garantir que a trabalhadora perceba estar recebendo um salário mais alto e não decida entrar em litígio. Ou seja, a alfabetização implicaria em risco menor de disputa por se pagar um valor menor do que o inicialmente imaginado, enquanto a sindicalização iria no sentido contrário. Portanto, integrada à formalização, a última característica teria impacto positivo no rendimento médio.

Comentou-se anteriormente que a idade seria um fator que sempre colaboraria positivamente para o salário, não havendo, aparentemente, retornos marginais decrescentes para este fator. Contudo, ao interagirmos esta característica com a formalização, observa-se um impacto negativo sobre o salário. Isto é, para as empregadas do setor formal, embora a experiência contribua para um salário mais alto, parece haver uma força contrária ao crescimento infinito desta contribuição. Julga-se que este fator esteja associado ao fato de que conforme as trabalhadoras domésticas vão envelhecendo, o incentivo à concessão de aumentos superiores ao previsto em lei vá diminuindo, uma vez que estas já não terão o vigor físico de outrora para desempenhar as funções domésticas com a mesma destreza anterior. No tocante ao impacto regional da formalização, novamente se manteve o Nordeste como base e, desta maneira, chega-se a um interessante quadro. Embora as

trabalhadoras domésticas recebam salários superiores aos encontrados no Nordeste nas demais regiões, a formalização parece ter um impacto mais forte sobre o rendimento médio das trabalhadoras nordestinas do que no ganho médio auferido pelas colegas de atividade nas demais regiões. Imagina-se que a razão principal deste fator seja derivada da questão de a formalização obrigar o pagamento de um montante ao menos igual ao do salário mínimo, enquanto na informalidade, a região mais pobre do país pode adotar salários bem abaixo deste patamar. Nas demais regiões, este diferencial é, aparentemente, menor.

Por fim, chegamos ao regressor atrelado à questão de interesse deste trabalho, que é a presença/ausência de segmentação em relação à formalidade da relação de trabalho das empregadas domésticas. A estimativa do parâmetro referente à formalidade indica a possibilidade de haver segmentação, uma vez que o fato de ter carteira de trabalho assinada tem efeito positivo sobre o rendimento médio, com o coeficiente obtido sendo estatisticamente significativo mesmo ao se adotar um nível de significância de 1%. Assim sendo, chega-se à conclusão, pelo método de mínimos quadrados ordinários que o mercado de trabalho das empregadas domésticas brasileiras seria um mercado segmentado no tocante à questão de formalidade.

Não obstante as conclusões reveladas anteriormente, vale lembrar que, conforme comentado na seção anterior, a questão de viés de seleção poderia provocar alterações nas afirmações registradas anteriormente. Portanto, em seguida à execução da análise por mínimos quadrados ordinários, fez-se a investigação acerca da existência de um possível viés na escolha das trabalhadoras domésticas por uma determinada estrutura de vínculo empregatício. Após a execução do modelo, conforme descrito na seção prévia, obteve-se um resultado estatisticamente igual a zero para o coeficiente de correlação entre os resíduos da equação de seleção e de determinação do salário das empregadas do setor formal.

Tabela 5: Resultado do teste de razão de máxima verossimilhança para identificação de viés de seleção entre as empregadas domésticas

Hipótese nula	Estatística χ^2	P-valor.
$\rho = 0$	0,9	0,3437

Fonte: Autor.

Portanto, não há indícios da existência de viés de seleção e, conseqüentemente, não existiria motivo para que fossem descartados os coeficientes encontrados anteriormente pelo método de mínimos quadrados ordinários. Em suma, a evidência de segmentação de mercado de trabalho encontrada anteriormente permanece válida.

Embora as estimativas anteriores fossem suficientes para elucidar a investigação foco deste estudo, conforme dito na seção anterior, optou-se por um reforço desta análise, para que a diferença salarial encontrada entre os dois grupos de trabalhadoras pudesse ficar melhor explicado. Assim sendo, aplicou-se a decomposição Blinder-Oaxaca, cujos resultados são dispostos na tabela a seguir.

Tabela 6: Resultado da decomposição Blinder-Oaxaca.

Variável Logsalário	Coeficiente	Desvio- padrão	Estatística t (z)	P> z	Intervalo de confiança 95%	
<i>Estimação do diferencial médio</i>						
Média Formal	6,08	0,005	1206,06	0,000	6,07	6,09
Média Informal	5,35	0,008	699,58	0,000	5,33	5,36
Diferencial	0,73	0,009	79,68	0,000	0,71	0,75
<i>Decomposição</i>						
Dotação	0,73	0,026	28,19	0,000	0,68	0,78
Discriminação	0,37	0,029	12,83	0,000	0,31	0,42
Interação	-0,37	0,037	-9,94	0,000	-0,45	-0,30

Fonte: Autor.

Conforme se pode notar, há um diferencial não desprezível entre as médias de rendimento estimadas para cada grupo, com as trabalhadoras formais apresentando ganhos superiores às informais de aproximadamente 110%⁷ e cuja significância estatística é bastante elevada. Ou seja, de acordo com esta abordagem, as trabalhadoras formais ganharam, em média, mais do que o dobro das suas colegas que não possuíam carteira de trabalho assinada em 2007.

⁷ A diferença apresentada na tabela é resultante da subtração de dois logaritmos, logo a variação percentual é obtida através da exponenciação desta diferença seguida da subtração de uma unidade.

Parte deste diferencial, diga-se, é resultado da disparidade existente entre as dotações iniciais dos fatores listados como regressores. Como se pode notar no resultado da decomposição, caso as empregadas domésticas sem carteira assinada tivessem a mesma dotação média de recursos das suas colegas formalizadas, a diferença salarial seria eliminada, já que do valor de 0,73 encontrado como diferença entre os logaritmos dos rendimentos médios, o efeito dotação estimado é responsável por exatamente 0,73.

Poder-se-ia ficar tentado a dizer, portanto, que se tem um mercado de trabalho integrado, já que a diferença salarial é toda explicada pela posse de dotações distintas dos fatores que afetam o rendimento e não por conta da existência de segmentação. Contudo, ao se avaliar a parcela referente às possíveis distinções nos coeficientes de retornos dos regressores, denominada na seção anterior como efeito discriminação, a influência encontrada também é estatisticamente diferente de zero. Ou seja, existe diferenciação nos impactos que os regressores têm sobre o rendimento médio das trabalhadoras domésticas, a depender de que segmento elas se encontram, isto é, formal ou informal. Adicionalmente, somando-se à evidência encontrada pela aplicação do método de mínimos quadrados ordinários puro, a decomposição Blinder-Oaxaca sinaliza que o impacto da discriminação é positivo, sugerindo que os retornos às características que determinam os salários das empregadas sem carteira assinada são menores do que os observados pelas suas companheiras de profissão que dispõe de vínculos formais de emprego. Tivessem as trabalhadoras informais os mesmos coeficientes de retorno que as colegas formais, e o diferencial de rendimento entre os dois grupos cairia praticamente à metade do atualmente observado. Portanto, a distinção encontrada nos retornos é mais uma evidência de segmentação entre os dois grupos de trabalhadoras e afasta a possibilidade de que apenas as diferentes dotações é que expliquem o diferencial salarial encontrado.

Por fim, o impacto conjunto dos dois efeitos anteriores – definido previamente como efeito interação – apresenta valor semelhante ao efeito discriminação, mas com sinal oposto a este. Além disso, faz-se necessário comentar que, tal qual observado para os coeficientes dos efeitos dotação e discriminação, o efeito interação é altamente significativo do ponto de vista estatístico. Assim, o que ocorre, de fato, é que o efeito interação anula o impacto do efeito discriminação, restando a impressão de que o

efeito dotação é o único responsável pela existência de um diferencial salarial entre os grupos de trabalhadoras domésticas formais e informais.

Em suma, quer seja pela aplicação de mínimos quadrados ordinários puros, ou com identificação de viés de seleção ou pela decomposição de Blinder-Oaxaca, as evidências apontam para a existência de segmentação no mercado de trabalho das empregadas domésticas brasileiras.

Após se obter evidências em duas abordagens empíricas distintas, que confirmaram a não integração no mercado das trabalhadoras domésticas, resolveu-se avaliar de que forma esta segmentação se colocaria tomando como base três grupos aleatoriamente escolhidos, que foram subdivididos em outros dois conjuntos, a saber: grupo racial, dividido entre trabalhadoras brancas e não brancas; grupo etário, distinguindo empregadas abaixo de 40 anos e acima desta marca; e, por fim, o grupo regional, dividido entre empregadas das regiões Norte ou Nordeste e empregadas das regiões Centro-Oeste, Sul ou Sudeste. O objetivo desta análise é tentar identificar discrepâncias não apenas em termos do diferencial salarial, mas também do impacto do efeito discriminação, que é aquele diretamente atrelado à questão da segmentação.

Tabela 7: Itens escolhidos da decomposição Blinder-Oaxaca, com base na questão de formalidade, por grupo de interesse

Variável Logsalário	Coeficiente	Desvio- padrão	Estatística t (z)	P> z	Intervalo de confiança 95%	
GRUPO RACIAL						
Branças diferencial	0,64	0,015	42,46	0,000	0,609	0,668
Ñ. Brancas diferencial	0,77	0,011	67,37	0,000	0,749	0,794
Branças discriminação	0,42	0,047	8,95	0,000	0,330	0,515
Ñ. Brancas discriminação	0,33	0,048	9,16	0,000	0,259	0,400
GRUPO ETÁRIO						
Abaixo de 40 diferencial	0,80	0,011	69,59	0,000	0,776	0,821
Acima de 40 diferencial	0,59	0,015	40,37	0,000	0,561	0,618
Abaixo de 40 discriminação	0,46	0,034	13,37	0,000	0,391	0,525
Acima de 40 discriminação	0,24	0,051	4,74	0,000	0,143	0,345
GRUPO REGIONAL						
N-NE Diferencial	0,82	0,013	64,30	0,000	0,799	0,849
S-SE-CO diferencial	0,59	0,012	50,70	0,000	0,567	0,613
N-NE discriminação	0,41	0,034	12,14	0,000	0,348	0,482
S-SE-CO discriminação	0,32	0,037	8,68	0,000	0,247	0,391

Fonte: Autor.

É curioso notar que, embora o diferencial médio encontrado entre domésticas brancas formais e informais seja menor do que as não brancas, o impacto da segmentação acaba sendo mais severo para as primeiras do que para as últimas.

Ou seja, a distinção que se acaba observando nos coeficientes de retorno entre brancas formais e informais é bem mais aguda do que no caso das empregadas domésticas não brancas. É como se fosse infligida uma punição para empregadas brancas que não são formalizadas.

Já no caso das faixas etárias, os resultados parecem estar em linha com o que se imagina previamente, havendo um diferencial maior entre as empregadas formais e informais abaixo dos 40 anos de idade do que aquele encontrado entre as empregadas acima de 40 anos. Além disso, a discriminação também é mais intensa no grupo mais jovem, quando comparado ao efeito encontrado no grupo mais experiente. E é exatamente a experiência o fator que se imagina ter influência nesta redução dos diferenciais e da discriminação, uma vez que as trabalhadoras mais velhas aparentam ser um grupo bem mais homogêneo do que as mais jovens.

No tocante à questão regional, conforme já descrito anteriormente, a formalização nas regiões mais pobres acaba trazendo um ganho salarial relativo bastante intenso em comparação ao que se recebia na informalidade, o que justifica se encontrar um diferencial salarial mais elevado nestas áreas do que nas regiões mais ricas. O mesmo raciocínio acaba sendo utilizado para explicar o efeito discriminação ser maior nas áreas mais pobres do que nas áreas mais ricas. Recompensar os atributos produtivos das trabalhadoras informais de maneira semelhante ao que se faz para as formais nas regiões mais ricas acaba sendo mais comum do que nas regiões mais pobres.

Contudo, novamente, seja por grupos específicos, ou se tomando o grupo de empregadas domésticas como um todo, a segmentação é um fenômeno com indícios bastante claros.

5 Conclusão

Neste trabalho procurou-se investigar a questão de segmentação no mercado de trabalho brasileiro, tema que vem sendo amplamente explorado nos últimos anos por conta dos avanços obtidos no ferramental econométrico. Porém, diferente dos estudos publicados até o momento, optou-se pela escolha de uma categoria específica de trabalhadores para objeto de análise, pois se entende que a questão de heterogeneidade dos postos de trabalho pode levar a conclusões conflitantes acerca da existência ou ausência de segmentação no mercado de trabalho

brasileiro. A escolha recaiu sobre uma categoria bastante numerosa, que é a de empregados domésticos. Uma restrição adicional foi efetuada, qual seja, a de se analisar apenas trabalhadoras domésticas, haja vista a pouca incidência de pessoas do sexo masculino desempenhando esta função (na base de dados utilizada, encontrou-se apenas 1028 indivíduos em um contingente superior a 17 mil pessoas). Tendo este grupo bastante homogêneo como objeto de investigação, tratou-se aqui de avaliar as características que determinariam o rendimento médio das trabalhadoras domésticas, juntando-se aos regressores mais tradicionais (escolaridade, idade, experiência, tempo de trabalho, entre outros) algumas outras variáveis de controle consideradas relevantes (tais como aspectos geográficos, recebimento de algum tipo de auxílio, raça, sindicalização, etc.) e, por fim, a característica da relação de trabalho, isto é, se a empregada participava do setor formal ou informal do mercado de trabalho. Como critério de classificação, utilizou-se o fato da trabalhadora possuir ou não carteira de trabalho assinada.

Os resultados encontrados para a modelagem do rendimento médio parecem estar de acordo com as expectativas prévias, com os coeficientes obtidos para cada regressor apresentando os sinais esperados, exceto os referentes à questão de recebimento de algum tipo de auxílio em complemento ao próprio salário e de contribuição ao sistema previdenciário. Embora pela lei estes montantes possam ser descontados do salário, aparentemente, os empregadores aparentemente não costumam fazer isto, de tal sorte que o recebimento do auxílio acaba elevando a renda média das empregadas domésticas que o recebem, ficando assim esta variável com sinal inverso ao imaginado.

Outra questão interessante diz respeito ao critério racial, pois há indícios de que ocorra segmentação neste quesito. Isto é, as trabalhadoras domésticas da raça branca receberam salários superiores às trabalhadoras não brancas. Este é um ponto que poderá ser explorado em estudos futuros, mas que no presente momento foi deixado de lado, merecendo apenas esta menção para sugestão de futuras investigações.

Por fim, a questão da formalidade ter impacto ou não na função determinante do rendimento médio foi avaliada sob duas abordagens. Na primeira delas, avaliou-se o grupo de empregadas domésticas como um todo aplicando-se o método de mínimos quadrados ordinários para se averiguar a significância estatística desta característica como regressor. O coeficiente encontrado para esta variável acabou indicando a

existência de segmentação no mercado de trabalho, ao sinalizar que o fato de a empregada doméstica possuir carteira de trabalho assinada influenciava positivamente seu rendimento médio, quando este resultado deveria ter sido nulo, já que as demais variáveis estavam sendo controladas. Devido à possibilidade de um possível viés de seleção poder estar mascarando os resultados obtidos, procedeu-se à investigação se tal fenômeno poderia ter ocorrido no caso avaliado pelo estudo, por meio da utilização do procedimento sugerido por Heckman (1976). A conclusão a que se chegou foi a de que não há indícios de viés de seleção no mercado de trabalho das empregadas domésticas e que, portanto, as conclusões obtidas com a aplicação direta do método de mínimos quadrados ordinários permaneciam válidas. Em seguida, aplicou-se a chamada decomposição Blinder-Oaxaca, para se avaliar com mais clareza a natureza do diferencial salarial encontrado entre os dois grupos de trabalhadoras. Novamente, as evidências apontaram que, embora a disparidade encontrada nas dotações iniciais de fatores de produção entre os grupos de trabalhadoras fosse responsável por uma parcela razoável deste diferencial, havia também diferença nos coeficientes de retorno referentes aos grupos. Ou seja, ainda que as empregadas domésticas informais possuísem dotações iniciais de fatores de produção semelhantes às de suas colegas, a diferença no retorno a estes fatores faria com que seus salários fossem inferiores. Portanto, mais uma vez a existência de segmentação ficou apontada. Assim sendo, como esta categoria representa parcela significativa da força de trabalho brasileira, avalia-se ser difícil dizer que o mercado de trabalho brasileiro possa ser considerado como integrado.

Conforme sugerido por outros trabalhos, uma das possíveis causas da ausência de integração no mercado de trabalho em geral – e que parece ser replicado no caso das trabalhadoras domésticas em especial – é a arcaica legislação trabalhista brasileira que torna punitivo aos empregadores a formalização dos vínculos de trabalho com seus contratados, seja pelo alto volume de requisitos legais que isto implica, ou pela alta possibilidade de se envolver em processo judicial e perdê-lo ao término da relação de trabalho. Portanto, caso a formalização seja decidida pelo empregador, além de arcar com custos legais mais elevados, acaba-se pagando aparentemente um prêmio para evitar todos estes aborrecimentos judiciais. Em suma, a legislação que deveria proteger e promover a integração do mercado de trabalho, acaba sendo paradoxalmente um dos motivos de sua segmentação. E no caso das trabalhadoras domésticas a estória não é diferente.

6 Referências Bibliográficas

- REICH, Michael; GORDON, David M., EDWARDS, Richard C. A theory of labor market segmentation. *The American Economic Review*, v. 63, n. 2, p. 359-365, 1973.
- CACCIAMALI, Maria C.; FERNANDES, Reynaldo. Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre os mercados de trabalho regulamento e não-regulamentado. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.23, n. 1, p 135-156, 1993.
- CACCIAMALI, Maria C. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994.
- SOARES, Rodrigo R.; GONZAGA, Gustavo. Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não linearidade no retorno à educação. *Revista de Econometria*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 377-404, 1999.
- KON, Anita. Segmentação ocupacional brasileira segundo o gênero. In: VI Encontro ABET, 1999, Belo Horizonte. Anais do VI Encontro ABET. Belo Horizonte: ABET, 1999. v. 1. p. 43-62.
- NEVES, Magda de A. Gênero, mercado de trabalho e qualificação. *Revista de Administração da FEAD-Minas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2004.
- BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya .A. Desigualdades, discriminação e políticas públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. Comunicação apresentada na II INTERNATIONAL CONFERENCE ILAS-CEBRAP, 18-20 mar. 2002, São Paulo, 30 p.
- ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.
- CURI, Andréa Z.; MENEZES-FILHO, Naércio A. O mercado de trabalho é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 867-899, 2006.
- LEHMANN, Hartmut & PIGNATTI, Norberto. Informal employment relationships and labor market segmentation in transition economies: Evidence from Ukraine. The Institute for the Study of Labor - IZA, Bonn, 2007 (IZA Discussion Paper nº 3269).

- ULYSSEA, Gabriel. Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA; Rio de Janeiro, 2007 (Texto para discussão nº 1261).
- BARROS, Ricardo P.; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA; Rio de Janeiro, 2007 (Texto para discussão nº 1288).
- LEONE, Eugenia T.; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.
- TANNURI-PIANTO, Maria E.; PIANTO, Donald. Informal Employment in Brazil – A Choice at the Top and Segmentation at the Bottom: A Quantile Regression Approach. In: XXIV Encontro Brasileiro de Econometria, 2002, Brasília. Anais do XXIV Encontro Brasileiro de Econometria. Brasília, v. 2.
- BOTELHO, Fernando; PONCZEK, Vladimir. Segmentation in the Brazilian labor market. Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas – EESP/FGV, São Paulo, 2007 (EESP Textos para discussão nº 164).
- JANN, Ben. The Blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. *The Stata Journal*, v. 8, n. 4, p. 453-479, 2008.